


ID: 7	Povo da Beira	Tiragem: 10 000	Página: 12	
Data: 15.01.2020		País: Portugal Âmbito: regional Periodicidade: semanal	Cores	

Sindicato considera que reestruturação do Instituto Politécnico de Castelo Branco foi decidida de forma autocrática

O Conselho Geral do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) aprovou, no início de dezembro de 2019, uma proposta de reestruturação organizacional, em que as atuais seis escolas dão origem a quatro novas escolas.

O Sindicato dos Professores da região Centro (SPRC) mostrou-se preocupado com a "forma autocrática" como foi decidido o processo de reestruturação do Politécnico de Castelo Branco e defendeu a necessidade de uma discussão alargada.

"O Sindicato dos Professores da Região Centro, em recente reunião com o presidente do IPCB, António Fernandes, manifestou preocupação pela forma autocrática como esta decisão foi tomada, ou seja, sem um amplo debate pela comunidade académica", afirma, em comunicado, a direção distrital de Castelo Branco do SPRC.

O Conselho Geral do Instituto Politécnico de Castelo Bran-

co (IPCB) aprovou, no início de dezembro de 2019, uma proposta de reestruturação organizacional, em que as atuais seis escolas dão origem a quatro novas escolas.

Esta decisão tem provocado várias reações e tem mobilizado os estudantes da ESGIN, autarcas e populares, a manifestarem-se e a exigirem a continuidade da escola em Idanha-a-Nova.

"A decisão leva à descaracterização de quatro das atuais escolas, com especial ênfase para a Escola Superior de Educação e para a Escola Superior Agrária de Castelo Branco, escolas fundadoras do IPCB com extraordinária importância na região e no país. Também a Escola Superior de Gestão da Idanha-a-



Nova desaparece, sendo criada uma nova escola que agregará as áreas científicas de Informática e de Gestão (...)", lê-se na nota.

O SPRC reafirma a necessidade de se proceder à discussão alargada das implicações desta decisão, bem como dos benefícios e prejuízos dela decorrentes.

"Um processo desta dimensão, pelos efeitos estruturantes e

impactos na vida dos professores e funcionários da instituição, tem de ser discutido por todos e aprovados pelos atuais órgãos das escolas", sustenta.

Adianta ainda que o envolvimento do corpo docente e em geral da comunidade escolar é essencial para uma decisão ponderada e participada e recorda que a proposta foi apro-

vada sem quaisquer indicadores de custos e benefícios.

"Desde logo algumas interrogações são inevitáveis. Os postos de trabalhos são garantidos ou haverá extinção de alguns? Como decorrerá a deslocação de docentes, pessoal técnico-administrativo e assistentes operacionais entre as Escolas", questionam os professores.